

ALBERTO KASCHNY

**ELEMENTOS DETERMINANTES DA TOMADA DE DECISÃO DOS AGENTES
ECONÔMICOS NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS**

Monografia apresentada ao programa do curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Gestão de Negócios.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Pacheco

**CURITIBA
2007**

Agradecimento

Agradeço aos professores da Turma de Pós-Graduação em Gestão de Negócios, pelos ensinamentos transmitidos, que serão muito úteis à minha realização profissional e pessoal

RESUMO

KASCHNY, A. Elementos Determinantes na Tomada de Decisão dos Agentes Econômicos nas Economias Capitalistas. A presente monografia tem como objetivo investigar os elementos fundamentais que determinam a tomada de decisão dos agentes econômicos em uma economia de mercado. Tem como metodologia a revisão teórica dos principais pensadores da economia no que se referem ao tema. Nesta revisão teórica percebe-se que diversos elementos vão condicionar a decisão do agente econômico na sua busca pelo lucro. Podem existir ambientes institucionais mais ou menos propícios a realização de lucros, conforme afirma Adam Smith. Os mercados podem estar saturados, e a concorrência predatória pode inviabilizar a obtenção do lucro, segundo Marx. É fundamental o papel do empresário inovador na economia capitalista, para criar novos processos produtivos e novos produtos, e com isso, gerar maior dinamismo econômico. Deve-se também observar quais são as expectativas dos atores econômicos, pois estas podem aumentar ou cancelar investimentos, aumentar ou diminuir o consumo global, conforme Keynes, e, finalmente, com a hegemonia da ideologia neoliberal, é senso comum de que o Estado deve abrir espaço para a iniciativa privada, para que esta usufrua a maior liberdade possível na obtenção de seus resultados. Aplicando-se estes conhecimentos para a situação brasileira, verifica-se que, para melhorarmos as condições de investimento, não basta apenas atacar os entraves do crescimento de maneira isolada, mas é necessário um ataque a todos os elementos, como infra-estrutura deficiente, taxa de juros alta, carga tributária alta e ambiente institucional desfavorável. Como conclusão, pode-se afirmar que, em um ambiente de liberdade econômica como o que vivenciamos hoje, a tomada de decisão individual é o elemento dinamizador das modernas economias. Neste sentido, o que vai definir o grau de confiança dos agentes econômicos na economia, que traduzir-se-á em maiores níveis de atividade econômica será, mais do que indicadores macroeconômicos, o ambiente institucional disponível. Se o ambiente for favorável, sem excesso de regulamentações, sem reservas de mercado, com uma infra-estrutura eficiente, e sem perturbações políticas, os agentes econômicos irão investir e consumir, o que provocará uma melhora nos níveis de crescimento e desenvolvimento econômico. Resgatamos assim Adam Smith, que há mais de duzentos anos já havia feito esta constatação fundamental.

Palavras-chave: economia; tomada de decisão; crescimento econômico; desenvolvimento econômico; consumo e investimento.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
1.1 METODOLOGIA.....	09
1.2 HIPÓTESE	10
1.3 JUSTIFICATIVA	11
1.4 OBJETIVOS	12
2. REVISÃO TEÓRICA.....	13
2.1 INTRODUÇÃO	13
2.2 ADAM SMITH.....	15
2.3 KARL MARX.....	22
2.4 JOSEPH SHUMPETER.....	26
2.5 JOHN KEYNES	30
2.6 NEOLIBERALISMO.....	36
3. ANÁLISE DE DADOS E DE CONJUNTURA.....	39
4. PROPOSIÇÕES	44
5. CONCLUSÃO.....	46
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Comparativo entre renda per capita, percentual da participação da poupança sobre o PIB e taxa de crescimento médio do PIB.....39

TABELA 2 - Comparativo entre percentual de crescimento anual do PIB e taxa de juros reais anuais.....41

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, um assunto que tem sido exaustivamente debatido é a questão do crescimento econômico. Quais são as variáveis envolvidas neste processo, e que medidas são necessárias para que obtenhamos índices de crescimento econômico satisfatórios. Muitas vezes, quando se discute a questão do crescimento, leva-se em conta apenas diretrizes de política macroeconômica, esquecendo-se que, em uma organização econômica, a tomada de decisão no ambiente econômico não é centralizada. Ou seja, a economia move-se a partir de decisão individual de milhões de agentes econômicos, dentre os quais, destacam-se os empresários, já que estes são os possuidores do capital, e cabem a eles as decisões relacionadas aos níveis de produção e investimento. Portanto, para se compreender como a economia irá se comportar é necessário entender como os agentes econômicos se comportarão, que decisões ele tomará ante o cenário existente.

Uma das questões referentes à tomada de decisão dos agentes relaciona-se à questão da administração dos juros. Pelos manuais tradicionais da economia, sabe-se que taxas de juros mais baixas estimulam o investimento no setor produtivo da economia, já que a aplicação no mercado financeiro torna-se menos atraente. Juros baixos também incentivam um maior nível de consumo na sociedade, já que o custo dos produtos adquiridos a prazo diminui. Este incremento nos investimentos e no consumo deve significar maior nível de atividade econômica, maior nível de emprego, enfim, maior crescimento. Quase como um monólogo, todas as diversas forças políticas vêem esta questão como o elemento definidor dos níveis de crescimento da economia. Em termos de política econômica, quase todas as matizes políticas anunciam a queda dos juros como a panacéia para os problemas de dinamismo econômico.

No entanto, em nosso país, por exemplo, podemos observar nos últimos meses uma queda constante na taxa de juros administrada pelo governo, que baliza as demais taxas praticadas na economia brasileira, sem que isto tenha propiciado níveis de crescimento maiores.

Ante este cenário, o que se pode deduzir é que as variáveis envolvidas na questão da tomada de decisão dos agentes econômicos e do crescimento econômico são muitas e tem comportamento extramente complexo.

Desta forma, o objetivo desta monografia é estabelecer quais os elementos importantes que influenciam a tomada de decisão dos agentes econômicos privados na economia, e que medidas poderiam ser eficazes no sentido de incentivar o crescimento econômico, notadamente em nossa pátria, o Brasil.

1.1 METODOLOGIA

O presente capítulo tem como finalidade básica, a apresentação do método de pesquisa, demonstrando as principais técnicas utilizadas para a formatação e compilação do material bibliográfico coletado.

O trabalho aqui apresentado será abordado de forma teórica, sendo que num primeiro momento será feita a revisão teórica sobre as principais vertentes do pensamento econômico, desde a obra pioneira de Adam Smith até as escolas de pensamento mais atuais. O foco desta revisão teórica será direcionado justamente ao objeto do presente trabalho, no sentido de, dentro da construção teórica destes. Numa segunda etapa apresentar-se-á uma análise, fundamentada nos preceitos analisados na revisão teórica, e com o apoio de dados estatísticos, de como a decisão dos agentes econômicos tem influenciado a evolução econômica de diversos países. Serão considerados dados importantes como nível de crescimento, taxa de investimento, de poupança, e outros.

Finalmente, na parte final do trabalho será feita uma proposição de medidas a serem tomadas no sentido de permitir um cenário propício ao investimento e crescimento da economia, levando-se em consideração todas as contribuições teóricas analisadas. Na conclusão, serão analisadas as contribuições teóricas mais pertinentes para o atual cenário econômico brasileiro, e como podemos utilizá-las como instrumento de mudança da realidade econômica nacional.

É importante destacar a utilização de dois conceitos no presente trabalho, os conceitos de crescimento e desenvolvimento, que tem significados diferentes.

Utiliza-se o termo crescimento econômico quando existe variação positiva na produção global de bens e serviços de uma sociedade.

Já o termo desenvolvimento é mais complexo, pois ele envolve modificações estruturais na sociedade, cujo efeito mais visível é o aumento da produtividade global desta sociedade, e que podemos mensurar pelo aumento da renda per capita e melhoria nos níveis de qualidade de vida, como maior nível educacional e melhores índices de saúde pública.

1.2 HIPÓTESE

Através desse estudo pretende-se compreender melhor como os agentes econômicos, notadamente os empresários, tomam decisões relacionadas aos investimentos no setor produtivo. A hipótese inicial fundamenta-se no princípio de que não apenas os indicadores econômicos tradicionais, como taxa de juros, nível de emprego e salários e outros condicionam a decisão do empreendedor, mas também aspectos como o cenário político nacional e internacional, a infra-estrutura do país, a estrutura logística, e a perspectiva de reação do mercado influenciam de maneira significativa o nível de atividade econômica

1.3 JUSTIFICATIVA

Nosso país, com suas dimensões continentais e sua grande população, sempre necessitou de uma economia que absorvesse os recursos de mão-de-obra disponíveis. Numa sociedade com altos níveis de desigualdade, e com um grande contingente da população com níveis de riqueza extremamente baixos, o crescimento econômico age como uma espécie de diminuidor de tensões sociais, já que ele permite um nível de emprego maior, o que absorve contingentes de força de trabalho que não estavam no mercado. Portanto, se nós, como uma nação, pretendemos melhorar as condições econômicas de nossa população dentro do *status quo* vigente, sem quebra da estrutura social e dos princípios básicos de

funcionamento da nossa sociedade, devemos compreender como é feita a tomada de decisão dos agentes econômicos e como isso interfere nos níveis de crescimento econômico.

Na atualidade, não se pode mais imaginar o Estado como a entidade que vai resolver todos os nossos problemas econômicos. Esta noção, que foi predominante durante uns cinquenta anos, na época de predominância dos ideais de John Maynard Keynes no pensamento econômico, nos dias de hoje, com a crise do Estado e o endividamento público, deixou de ser aceita. Os novos ventos do neoliberalismo ditam novas diretrizes econômicas. Com o Estado falido, cabe agora ao mercado e aos agentes econômicos privados mover e direcionar a economia. O Estado como “locomotiva” da economia não existe mais. Para compreendermos que rumos a economia está tomando, temos que esmiuçar quais são as variáveis importantes na tomada de decisão do agente econômico privado.

1.4 OBJETIVOS

Apontar os principais elementos que influenciam a tomada de decisões dos agentes econômicos privados, notadamente o setor empresarial, e, a partir da análise destes elementos, vislumbrar ações que permitam uma melhoria nos níveis de atividade econômica em nosso país.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre a tomada de decisão dos agentes econômicos é algo antigo, que se inicia com pensadores clássicos da economia. Desde os economistas clássicos, passando pelo pensamento marxista, pelas contribuições de Shumpeter e Keynes até o pensamento neoliberal contemporâneo, a questão das escolhas feitas pelos agentes econômicos sempre foi objeto de estudo.

Portanto, é necessária uma revisão teórica das principais concepções relacionadas a este tema que surgiram ao longo da evolução do pensamento econômico.

Inicialmente, devemos analisar a contribuição dos economistas clássicos para esta questão. Adam Smith tinha fé absoluta no princípio do egoísmo, segundo o qual, cada agente econômico agirá pensando exclusivamente no seu interesse particular, tentando sempre maximizar seu retorno econômico. Caberá às forças do mercado organizar a soma dos interesses individuais da maneira mais racional possível. Esta visão acredita intensamente no poder organizador do mercado.

Dentro da obra econômica de Karl Marx, uma dos conceitos elaborados é o da “anarquia da produção”, onde Marx demonstra o perigo para a saúde econômica do capitalismo a característica de a tomada de decisão dos capitalistas ser totalmente descentralizada, baseada na análise individual de cada agente econômico, o que pode gerar desorganização no sistema produtivo.

Outro pensador que merece destaque é Joseph Alois Shumpeter, que criou a figura do empresário empreendedor e inovador. Para Shumpeter, o elemento dinâmico do capitalismo é a figura do empresário inovador. Este agente econômico, buscando aumentar seus lucros, procura novas potencialidades do mercado, novos métodos e tecnologias produtivas, o que ocasiona um incremento na atividade econômica.

A partir de 1930, tomam força as idéias de John Maynard Keynes. Este pensador não tem tanta confiança na capacidade do mercado de alocar de maneira mais eficiente os recursos econômicos, e sugere a intervenção do Estado na

economia, a fim de alocar os recursos de forma a evitar baixo nível de atividade econômica e desemprego. Outra importante contribuição de Keynes diz respeito às expectativas que os empresários têm em relação à resposta que o mercado dará às ofertas de produtos e serviços

Contemporaneamente, com a crise do Estado do final dos anos 70, existe um resgate das idéias do liberalismo econômico. Este neoliberalismo volta a visualizar o mercado como a entidade que melhor organiza a produção em uma economia capitalista.

2.2. ADAM SMITH

Desde o ocaso do sistema feudal na Europa e o surgimento de uma nova classe social, a dos comerciantes, ou burgueses, a lógica econômica do resultado, do lucro, começou a tornar-se hegemônica. Após o período das descobertas, com a inserção das Américas no mundo ocidental civilizado, boa parte do mundo ficou sob a égide da lógica capitalista, do resultado econômico. O que para nós, hoje em dia, é um sentimento, uma ideologia óbvia, no seu surgimento, há mais de quinhentos anos, foi um pensamento revolucionário. Antes do surgimento da ideologia burguesa, não existia a visão de ganho com a atividade econômica, ou ao menos este pensamento não era hegemônico. Se examinarmos os hábitos, pensamentos e costumes da era feudal, observamos que a atividade econômica tinha como objetivo a subsistência. A importância das classes sociais no estrato social advinha muito mais da posse de terras e da força militar do que propriamente uma capacidade empresarial. A partir dos ganhos de produtividade e um aumento do excedente econômico, o comércio entre os feudos como a se incrementar, propiciando o surgimento de uma nova classe social: os comerciantes. Estes, vivendo nos locais onde eram realizadas as feiras, ou seja, nas cidades, nos burgos, tornaram-se conhecidos como burgueses. Este novo estrato social nasce com uma nova lógica econômica, uma nova ideologia, que é a lógica do lucro, do resultado da atividade econômica. Esta, não tem mais como objetivo a subsistência, mais mas sim o lucro individual. Pela lógica burguesa, o objetivo de se realizar ou explorar determinada atividade será obter um ganho, um resultado. Esta burguesia, inicialmente dedicada

à atividade comercial, utiliza seus esforços em realizar transações comerciais com o foco voltado a auferir lucros nessa atividade comercial. Procura realizar intermediações comerciais em que compra barato e vende caro. Está sempre à procura de novas oportunidades comerciais onde seja possível realizar lucros cada vez maiores. Se ela percebe que determinado negócio não gera resultado, ela deixa este negócio de lado. Como já foi dito anteriormente, quando se analisa esta lógica burguesa nos dias de hoje, pode parecer uma obviedade. No entanto, é importante situar historicamente o surgimento desta ideologia, já que, com esta revisão histórica, poderemos ter bem claro que o que move a tomada de decisão em um ambiente de lógica capitalista é possibilidade de realizar um “bom negócio”. Esta força advinda da possibilidade do lucro individual é que propiciou o grande desenvolvimento tecnológico e de conhecimento nos últimos séculos. O grande salto tecnológico das navegações foi patrocinado pela burguesia, que vislumbrava como um excelente negócio a possibilidade de comercializar a longa distância. Assim como a busca pelo lucro possibilita um nível atividade econômica e um grau de desenvolvimento tecnológico muito alto, ele possibilita a alocação de todos os recursos disponíveis, sejam mão-de-obra, capital, recursos naturais, etc.

Após a consolidação do pensamento burguês na sociedade ocidental, surgiram pensadores que procuraram analisar como funcionavam as sociedades nos seus aspectos produtivos.

Um marco extremamente significativo na evolução do pensamento econômico foi o surgimento das idéias liberais, cujo principal pensador foi Adam Smith. Na sua obra “Investigação sobre a Causa e a Natureza da Riqueza das Nações”, Smith procura explicar o que torna algumas nações mais prósperas do que outras. No seu entendimento, a existência de um ambiente que propicie ao indivíduo empreendedor realizar atividades com o fim de lucro gerará uma sociedade próspera e desenvolvida. Adam Smith defendia que, quanto mais liberdade os indivíduos tivessem para buscar novos negócios, mais atividades econômicas existiriam.

Adam Smith tinha como foco de seus estudos entender as condicionantes para o crescimento e desenvolvimento econômico dos países. A riqueza de uma sociedade é proporcional ao seu produto per capita. A capacidade produtiva de uma sociedade dependerá da produtividade do trabalho. Quanto mais produtivo o trabalho, maior será o produto gerado, e maior a riqueza disponível. Para que exista

crescimento na produtividade do trabalho, é necessária a divisão e especialização do trabalho de maneira cada vez mais intensa. O aumento de produtividade do trabalho gera excedente econômico, que assume a forma de capital. Esta formação de capital, que também podemos caracterizar como formação de poupança é de extrema importância para a sociedade, já que sua aplicação na produção, aumentará novamente a produtividade do trabalho, gerando uma espiral de crescimento na economia. Este crescimento fará aumentar a procura por mais mão-de-obra, que provocará um crescimento nos salários. Este crescimento dos salários, permitindo uma melhora das condições de vida dos trabalhadores, provoca um aumento da população, e assim com uma capacidade maior de trabalho nesta sociedade, existem condições ideais de crescimento e desenvolvimento deste país.

Adam Smith, no entanto, não tem uma atitude otimista de crescimento infinitamente contínuo. Ele enxergava possíveis restrições nesta onda positiva de crescimento. Na sua análise, à medida que a lógica da expansão da produtividade do trabalho fosse expandindo-se geográfica e territorialmente, as oportunidades de investimento iam exaurindo-se, ao mesmo tempo em que a procura por mais mão-de-obra, que provoca o aumento da massa salarial, provocariam a redução dos lucros, e como consequência, a redução dos investimentos. Seria o chamado “estado estacionário”. Adam Smith cita como exemplo, as situações de crescimento entre a América do Norte e a Inglaterra. Ele escreveu (SMITH, 1985, p 97) :

“Mas embora a América do Norte não seja tão rica quanto a Inglaterra, prospera e progride com muito mais rapidez na conquista de maiores riquezas... O trabalho é tão bem remunerado que uma família numerosa, em vez de uma carga, é uma fonte de prosperidade e opulência para os pais... A demanda por trabalhadores, e os fundos destinados mantê-los, crescem, ao que parece, mais rapidamente que sua possibilidade de encontrar pessoas para empregar.

(...) Uma colônia nova sempre tem sempre por algum tempo escassez de capital em relação à extensão de seu território e falta de população em relação ao seu estoque de capital, mais acentuadas que maioria dos outros países. Eles tem mais terra do que capitais para cultivar. (...) Os capitais empregados na compra e melhoramento destas terras deverá dar grandes lucros (...). Essa rápida acumulação é tão

rentável que o agricultor pode aumentar o número de trabalhadores além dos que seja possível encontrar entre os que se estabeleceram recentemente. (...) À medida em que a colônia cresce, os lucros do capital cairão gradualmente”

Desta forma, segue (SMITH, 1985, p 97) em outro trecho:

“Num país que já tenha adquirido todo acúmulo de riqueza que a natureza de seu solo e clima e sua posição em relação a outros países permitam; que não possa pois avançar mais, e que também não possa retroceder, tanto os salários quanto os lucros de capital será provavelmente bem baixos . Num país totalmente povoado, em proporção à capacidade de seu território ou ao montante de seu capital, a competição por empregos seria necessariamente tão grande que reduziria os salários até o ponto em que fossem apenas o suficiente para manter este número de trabalhadores; estando o país totalmente ocupado, este número nunca poderia aumentar. Num país com capital suficiente em proporção aos negócios realizáveis, será empregada uma quantidade de capital em cada ramo particular equivalente à natureza e extensão do comércio. A competição seria, então, tão grande quanto possível em todos os lugares, e, conseqüentemente, o lucro normal seria o mínimo possível”

Estaríamos diante do chamado “estado estacionário”, onde as oportunidades de investimento estariam exauridas, e o nível do produto gerado ficaria estabilizado.

No entanto, para Smith, este estágio seria atingido por economias maduras e sem possibilidade de expansão territorial.

Porém, Smith via outros elementos que bloqueariam a possibilidade de crescimento. O conceito de estado estacionário, como já foi dito seria atingido por economias que exaurissem suas possibilidades de investimento. No entanto, na sua época, muitas nações estavam com uma situação de baixo crescimento econômico sem, contudo terem atingido o nível de exaustão explicado acima. Neste ponto que os ensinamentos de Smith podem ser mais valiosos para o objeto de análise do presente trabalho. Pois Smith visualiza que os elementos institucionais seriam capazes de efetivamente travar a economia, no sentido do desenvolvimento cessar

antes de atingir o grau máximo de riqueza que seria representado pelo estado estacionário. Esta situação poderia ocorrer se não existisse um ambiente institucional propício ao crescimento econômico. Um sistema legal, instituições políticas e econômicas adversas podem ocasionar situações de pouco desenvolvimento. Adam Smith cita, curiosamente, o exemplo, no seu tempo, da China (SMITH, 1985, p 96):

“A China parece estar estagnada há muito tempo, e já conseguiu há muito tempo atrás, provavelmente, todo o acúmulo de riquezas compatível com suas leis e instituições. Mas este acúmulo pode ser muito inferior ao que seria admissível pela natureza de seu solo, clima e situação, se tivesse outras leis e instituições”

Smith, enfim define que o determinante econômico primordial é capacidade de formação de capital. Esta formação será função da existência de boas oportunidades de investimento. E estas oportunidades de investimento serão medidas essencialmente da taxa de retorno que propiciarão essas oportunidades. No entanto estas oportunidades serão condicionadas pelo ambiente institucional do país. Em países com leis restritivas ao livre comércio, à livre inserção de empreendedores nas diversas atividades econômicas, a capacidade de investimento e de crescimento da economia atingirá um limite inferior ao que suas condições naturais permitissem.

Smith defende que o melhor ambiente possível é justamente o que mais liberdade propicie ao investimento. Quanto menos elementos restritivos existirem (leis, normas, hábitos, costumes), maior será a proliferação do investimento que procura resultados positivos e mais a economia crescerá e se desenvolverá. Não existe melhor ambiente do que justamente o ambiente de total liberdade ao indivíduo, para que ele possa exercer suas atividades pensando no seu benefício próprio. Como ele próprio afirma (SMITH, 1985, p 425):

“Como todo indivíduo empenha-se em empregar seu capital (...) de modo a obter o maior valor de produção possível, o resultado é que ele trabalha necessariamente no sentido de obter uma renda anual máxima para a sociedade. Ao pensar somente em seus lucros próprios, é levado, nessa como em outras situações, por uma mão invisível, a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções”.

Qualquer tipo de intervenção governamental seria ineficiente pois (SMITH, 1985, p 426) :

“O governante que tentasse dirigir os particulares no modo de emprego de seus capitais, não só ocuparia seu tempo em algo desnecessário, como também assumiria uma autoridade que não pode ser legada a uma só pessoa de maneira segura, nem tampouco a um Senado ou Conselho, e que não estaria em mãos mais perigosas do que as de alguém suficientemente insensato e presunçoso para considerar-se apto a exercê-la”

Que lições podemos retirar das idéias de Adam Smith, principalmente no que tange ao objeto de nosso estudo, ou seja, o que influencia a tomada de decisão na economia?

Primeiramente, é importante salientar que a noção de “estado estacionário” não é, nos dias de hoje, uma idéia válida. Smith subestimou, apesar de ele vivenciar o nascimento da revolução industrial, a capacidade tecnológica do homem, com a qual foi possível levar a produtividade do trabalho a níveis nunca antes imaginados, e a criar novos produtos e necessidades de consumo. Na verdade, o sistema de mercado defendido por Smith, com seu desenvolvimento tecnológico deixou de ter como um de seus limites de desenvolvimento os recursos naturais. Estes deixaram de ser um elemento fundamental de riqueza, e atualmente isto é muito claro, já que a riqueza das sociedades mais opulentas está baseada no setor industrial (pouco dependente dos recursos naturais) e no setor de serviços (dependência quase mínima). Um exemplo é o Japão, país com poucos recursos naturais e com elevados níveis de riqueza.

Voltando à questão da contribuição de Adam Smith ao tema, o elemento mais interessante de sua obra refere-se às questões institucionais como possíveis elementos restritivos ao crescimento e desenvolvimento econômico. E neste ponto, podemos perceber a atualidade das idéias de Adam Smith. Como ele deixa bem claro em sua obra, o que motiva a atividade econômica é a possibilidade de lucro, retorno econômico. O empreendedor irá realizar um investimento se ele perceber uma boa oportunidade. Para Smith, se existir um ambiente de liberdade econômica, o indivíduo irá acumular capital através da poupança e aplicará este valor na

produção na busca do lucro individual, o que fará a economia florescer até seus limites naturais. Podem existir, no entanto, países com um ambiente institucional que não é favorável a este empreendedorismo, na medida em que este ambiente de alguma forma crie freios para ação econômica individual. Este ambiente desfavorável pode ser, por exemplo, uma economia fortemente regulamentada, onde existe uma série de normas que definem critérios para a exploração da atividade econômica nos diversos setores produtivos. Podem ser normas que privilegiem determinados grupos sociais em detrimento de outros, ou que crie critérios de exclusividade na exploração. Enfim, elementos que impõem barreiras a livre inserção dos agentes econômicos no mercado.

Na maior parte das vezes, estas barreiras e entraves partem do poder público, do Estado, quando ele normatiza e interfere excessivamente na atividade econômica. Porém, existem outras situações em que estes entraves não partem do Estado, mas de outros elementos contidos dentro das sociedades como hábitos culturais, costumes etc.

2.3. KARL MARX

Karl Marx (1818 – 1883), foi um pensador que, ao longo de sua vida, examinou diversos aspectos das formações sociais, mas que, principalmente quando mais velho, teve seu objeto de análise voltado à economia. Em sua obra mais famosa, “O Capital”, procurou fazer um estudo sobre os mecanismos de funcionamento de uma economia capitalista, discorrendo sobre conceitos como valor, lucro, mais-valia, acumulação, etc. Obviamente, não é objeto deste estudo analisar profundamente a contribuição de Marx para a economia, mas, sim dentro da sua construção teórica, identificar e analisar a questão da tomada de decisão do capitalista.

Marx faz uma análise das questões econômicas fundamentais da economia capitalista, onde ele afirma que o objetivo do sistema é a acumulação de capital. Os capitalistas investem na atividade econômica com o objetivo de continuamente aumentar seu capital através da apropriação de valor gerado pela classe trabalhadora. Estas pessoas, para Marx, os despossuídos de capital, não tem outra

alternativa a não ser vender sua capacidade de trabalho ao capitalista, que não remunera integralmente o valor gerado pelos trabalhadores. Este valor não pago é, para o autor, a fonte do lucro, ou nas suas palavras, da mais-valia.

Assim, o objetivo do capitalista será sempre aumentar seu capital. Para conseguir este objetivo, ele explorará ao máximo a capacidade de trabalho da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, procurará diminuir ao máximo os salários pagos, pois, quanto menor o custo da mão-de-obra, maior valor gerado pelo trabalho, que será transformado em mais-valia. Por isto, Marx tinha a concepção de que os salários nunca teriam um valor acima do custo de sobrevivência e reprodução do próprio trabalhador.

Dentro de um cenário competitivo entre capitalistas, logo todas as oportunidades de aplicação rentável de capital estariam extintas. Ante este cenário, os capitalistas procurariam aumentar a produtividade do trabalho com o aumento da utilização de máquinas e equipamentos e renovação tecnológica. Desta forma, o capitalista conseguiria uma taxa de exploração sobre o valor gerado pelo trabalho maior.

No entanto, Marx visualizava um futuro sombrio para o capitalismo. Ao mesmo tempo em, na busca incessante de aumentar seu capital, a economia apresentava crescentes níveis de produção, o que, em uma análise superficial poderia ser um elemento positivo, na visão do autor, este fenômeno desencadearia uma futura dificuldade de realizar esta produção, dada a quantidade cada vez maior de produtos que estariam sendo despejados no mercado, sem que existisse uma demanda que absorvesse estes produtos, já que a classe trabalhadora teria salários próximos ao da subsistência, e a classe capitalista estaria muito mais interessada em reinvestir seus ganhos, com o objetivo de aumentar seu capital. Para Marx, esta falta de demanda para os produtos produzidos pelas empresas iria produzir uma guerra selvagem de mercados entre os capitalistas, com a sobrevivência de alguns e, por outro lado, seria uma situação de extrema instabilidade social, pois existiria uma grande massa de despossuídos que não teriam muito a perder em uma situação de crise institucional e política. Marx antevia assim, com um mercado com cada vez menos oportunidades de investimento, com a concorrência entre as empresas cada vez mais acirrada e com a sobrevivência apenas das grandes empresas, juntamente com um grande contingente da população em péssimas

condições sócio-econômicas, um cenário pronto para a própria derrocada do sistema capitalista. Nas suas palavras (MARX, 1985, Cap. III, p. 297):

“A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital. É fato que o capital e sua auto-expansão aparecem como o ponto de partida e final, como a causa e objetivo da produção; que a produção é simplesmente produção para o capital, e não vice-versa, os meios de produção simples meios de para um sistema sempre em expansão do processo de vida em benefício de uma sociedade de produtores. As barreiras, dentro das quais a preservação e auto-expansão do valor do capital apoiado na expropriação e pauperização da grande massa de produtores podem movimentar-se, essas barreiras colidem continuamente com os métodos de produção que o capital deve empregar para seus propósitos, e que se dirigem a uma extensão irrestrita de produção, à produção por si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas da sociedade. Os meios, esse desenvolvimento incondicional das forças produtivas da sociedade, estão continuamente em conflito com o fim limitado, a auto-expansão existente. Assim, enquanto que o modo de produção capitalista é dos meios históricos através dos quais são desenvolvidas as forças materiais de produção e criados os mercados mundiais que elas requerem, ela está ao mesmo tempo em conflito contínuo com sua missão histórica e as condições de produção social correspondentes a ele”

Evidente que, quando se analisa estas concepções nos dias de hoje, percebe-se que tais previsões não se concretizaram, e o sistema capitalista deu mostras de uma grande capacidade de adaptação e atualização. Na verdade, a grande modificação no sistema foi a inserção de parte da classe trabalhadora no mercado de consumo, o que propiciou mercado para a produção capitalista, assim como a própria expansão dos países capitalistas à outros países, em busca de novos mercados. Assim, as previsões do autor mostraram-se falhas, sem no entanto invalidar a estrutura de análise de Marx, que no presente trabalho, pode ser bastante útil. O importante, para o objeto de nossa análise, é identificar o que, segundo Marx, induz o empresário (ou capitalista) a resolver investir na economia. Como já está

explicado nos parágrafos anteriores, o que move estas pessoas é o objetivo de aumentar seu capital. O capitalista aplica seu capital no processo produtivo com o objetivo de aumentá-lo. Dentro desta lógica, pode-se supor que a valorização do capital torna-se um fim em si mesmo, onde os capitalistas aplicariam esta lógica da maneira mais radical possível, onde estes inclusive abririam mão de um possível consumo maior advindo dos ganhos de suas atividades produtivas para reinvestir o máximo possível no processo produtivo. Esta lógica inclusive provocaria segundo um esgotamento das possibilidades rentáveis de investimento, como já vimos acima.

Para o objeto de nosso estudo, o que seria interessante observar da análise de Marx? A sua análise da lógica de acumulação do capitalista. Como vimos acima, a lógica do capitalista é aumentar indefinidamente seu capital. Ele empreenderá todos seus esforços para cumprir este objetivo. Investirá em tecnologia, máquinas e equipamentos para melhorar a produtividade e, também, para criar novos padrões de consumo. Nesta busca incessante de acumulação, tentará aniquilar a concorrência e explorará ao máximo a mão-de-obra à sua disposição. É claro que esta exploração estará condicionada à evolução dos direitos dos trabalhadores e adequada às novas táticas de cooptação. De qualquer forma, sob a ótica marxista, a exploração, a apropriação ainda existe, e dado os níveis de produtividade existentes hoje, talvez esta apropriação em termos relativos seja maior hoje do que na própria época de Marx.

Enquanto o capitalista visualizar possibilidade de acumulação, ele investirá no processo produtivo.

2.4. JOSEPH SHUMPETER

Joseph Alois Shumpeter (1883 - 1950), economista austríaco, pesquisou a questão da dinâmica do processo de desenvolvimento nas economias capitalistas e que fatores são fundamentais para o incremento deste desenvolvimento. Em seu livro mais importante, "A Teoria do Desenvolvimento Econômico", livro publicado em 1912, Shumpeter discute o papel da figura do empresário no processo produtivo.

Inicialmente, Shumpeter apresenta um modelo de economia estacionário, onde as atividades econômicas se repetem num fluxo circular, repetindo-se

continuamente. No capítulo II, no entanto, o autor apresenta um elemento novo na estrutura dinâmica da economia, que é a figura do empresário empreendedor, um agente econômico que oferece ao mercado novos produtos através de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação de alguma inovação tecnológica. Este elemento de inovação será fundamental para o empresário, pois gerará uma mudança benéfica no ciclo econômico, com a inserção de novos métodos produtivos e novos produtos, criando uma espiral virtuosa de crescimento da economia. Esta mudança é fundamental para a dinâmica econômica, permitindo a existência de desenvolvimento econômico. Nas palavras de (SHUMPETER, 1985, p. 17):

“É o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele ‘educados’. Eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que tem o hábito de consumir”.

Portanto, para Shumpeter, a figura do empresário é o elemento dinâmico na economia, sendo o responsável pela dinamização da economia. É claro que o empresário possui esta condição modernizadora da economia e investe na inovação tendo como objetivo auferir maiores lucros. Mas Shumpeter vai mais além, e nas suas palavras, para o empresário (SHUMPETER, 1985, p. 90)

“Antes de tudo, há o sonho e a vontade de fundar um reino particular, geralmente, embora não necessariamente, uma dinastia também...Depois há o desejo de conquistar; o impulso de lutar, para provar a si mesmo que é superior aos outros, ter sucesso, não pelos frutos que podem daí advir, mas pelo sucesso em si...Finalmente, há a alegria de criar, de realizar as coisas, ou simplesmente de exercitar sua energia e engenhosidade”.

E o autor, defendendo a necessidade de desenvolvimento, vai mais além, afirmando ser necessário, para manutenção de um ciclo positivo de crescimento e desenvolvimento a permanente substituição de antigos produtos e hábitos dos consumidores por novos hábitos e produtos, o que ele caracterizou como a “destruição criativa”.

Dentro de sua preocupação de compreensão dos elementos fundamentais para o crescimento econômico, um destes elementos fundamentais é a existência de

crédito ao empreendedor. Para que o empresário possa exercer seu papel inovador na economia, ele deve ter a sua disposição recursos que possam ser aplicados na renovação dos produtos e dos processos produtivos. De certa forma, Shumpeter idealizou o conceito dos modernos bancos de desenvolvimento. O autor, inclusive, não considerava que o crédito ao consumidor fosse um elemento essencial na economia, não sendo este tipo de crédito uma premissa importante para um crescimento econômico sustentado, ao contrário do crédito ao empreendedor, que para Shumpeter é elemento indispensável ao crescimento.

Shumpeter também explica as variações cíclicas da expansão econômica, com períodos de grande crescimento com períodos de crise a partir de surtos inovações. Se uma economia não apresenta durante um determinado período um certo nível de inovações e surgimento de novos produtos, a atividade econômica tende a entrar em um ciclo de estabilidade ou até de depressão, em função do esgotamento de mercados. Com a existência de inovações tecnológicas, contudo, o nível de investimentos cresce vertiginosamente, para a produção de novos produtos (ou a melhoria de produtos já existentes) para o mercado. Passado o ciclo de absorção pela sociedade destes novos produtos, o nível da atividade econômica tende a perpetuar-se até o surgimento de um novo ciclo de inovações. Em trabalhos posteriores ao citado, inclusive, Shumpeter afirma a existência nas economias capitalistas de três tipos de ciclos econômicos, um de duração muito curta, um segundo com uma duração de sete a onze anos, e um terceiro, com um ritmo mais amplo, de cinquenta anos, associada às grandes invenções de cada época, como a locomotiva e, posteriormente o automóvel. Na grande depressão dos anos 30, para Shumpeter, existiu uma confluência dos três ciclos.

Em relação a um limite de expansão da economia, questão existente em Adam Smith, com o conceito de estado estacionário e em certa medida, também em Marx, com a limitação dos mercados, Shumpeter tem uma opinião diferente. Para ele, as possibilidades de inovações tecnológicas são imensas, e da mesma forma, as possibilidade de produção e de crescimento da economia. Em suas palavras (SHUMPETER, 1985, p. 53):

“Possibilidades tecnológicas são um oceano não demonstrado no mapa...Do fato de que algumas delas tem sido exploradas antes de outras, não se pode inferir que as primeiras eram mais produtivas do que

as últimas. E aqueles que ainda permanecem no colo dos deuses podem ser mais ou menos produtivas do que qualquer uma que tenha vindo até nosso raio de observação...Não há motivo para se esperar negligência na taxa de produção através da exaustão de possibilidades tecnológicas.”

Por fim, Shumpeter acredita tão fortemente no poder oxigenador das inovações do empreendedor na economia que, para ele, esta capacidade de empreendedorismo e inovações é a chave da mobilidade social. Os grandes empreendedores sobem na escala social. Mas muitas vezes seus herdeiros, sem o mesmo talento da geração anterior, provocam um encolhimento dos seus negócios, dando espaço a novos empreendedores. Como nos diz (SHUMPETER, 1985, p. 45):

“A função empresarial não é apenas o veículo da contínua reorganização do sistema econômico, mas também o veículo de mudanças contínuas nos elementos que constituem os estratos mais altos da sociedade. O empresário bem-sucedido ascende socialmente e, com ele, sua família, que adquire a partir dos frutos de seu sucesso, uma posição que não depende imediatamente de sua conduta pessoal. Esse representa o fator mais importante da ascensão na escala social, no mundo capitalista. Como isso ocorre com a destruição pela concorrência de negócios antigos e, portanto, das vidas deles dependentes, sempre corresponde a um processo de declínio, perda de prestígio, de eliminação. Esse destino ameaça também o empresário cujos poderes estejam em declínio, ou seus herdeiros, que receberam sua riqueza sem sua habilidade... Um adágio americano o exprime: três gerações de macacão a macacão...Na verdade os estratos superiores da sociedade da sociedade são como hotéis que de fato estão sempre cheios de pessoas, mas pessoas que estão continuamente se mudando.”

A análise shumpeteriana sublinha de maneira inequívoca a questão das inovações e das mudanças tecnológicas como fundamentais para o desenvolvimento das sociedades capitalistas. Para o autor, a existência de períodos depressivos pode ser entendida como períodos carentes de empresários inovadores e de novos produtos no mercado.

Dentro do objeto de nosso estudo, a contribuição das idéias de Shumpeter diz respeito justamente à importância da questão da inovação na dinâmica econômica. Os empresários obviamente vão investir com a visão do retorno, do lucro. Se não houver por parte destes uma “ousadia”, existirá a tendência de estagnação na dinâmica econômica. Caberá ao empresário o papel de inovador, de adotar novos procedimentos tecnológicos, de criar novos produtos, para possibilitar lucros maiores e, ao mesmo tempo, injetar um maior nível de atividade na economia.

Ou seja, para Shumpeter, a tomada de decisão do empresariado deve ser sempre ousada, inventiva, e o próprio sistema econômico depende desta atitude para o seu desenvolvimento e perpetuação.

2.5. JOHN KEYNES

Outro grande pensador que pode oferecer subsídios para nosso objeto de estudo foi John Maynard Keynes (1883 – 1946), economista inglês, que, por suas idéias, foi o responsável por uma verdadeira revolução no pensamento econômico mundial. Keynes, com a publicação de sua obra “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, em 1936, lançou luz sobre os fenômenos que incomodavam o pensamento econômico tradicional na época, notadamente a situação de crise econômica mundial no início dos anos 30, que com seus instrumentos teóricos tradicionais não conseguiam explicar e justificar esta situação da economia.

Keynes, com esta obra, não só dá uma interpretação convincente da crise por que passava o capitalismo naquele momento, como também propõe medidas a serem tomadas para se sair da crise.

O ponto de partida do estudo de Keynes é fazer uma análise crítica do arcabouço teórico existente no pensamento econômico tradicional. Nesta análise, Keynes afasta-se da ortodoxia teórica representada pela “Lei de Say”. De acordo com esta lei, formulada pelo economista francês Jean Baptiste Say, não existe a possibilidade de ocorrer falta de poder de compra na economia, já que o processo de produção capitalista é também o de geração de renda (salários, lucros, aluguéis e outros) e, portanto, fonte de criação de demanda. Dada a existência de mecanismos automáticos nos mercados, os movimentos corretivos de preços, salários e juros

garantiriam os níveis de demanda necessários aos níveis de produção existentes. Ou seja, a mão invisível “smithiana” seria a responsável pelo permanente equilíbrio entre oferta e demanda, e a economia capitalista se desenvolveria sem crises.

Keynes, contrariando as concepções vigentes, afirma que o sistema capitalista tem um caráter intrinsecamente instável. A operação da mão invisível na verdade não produz a harmonia entre os interesses individuais e a coletividade, como nos dizia Adam Smith. O comportamento racional dos indivíduos, em busca da maximização dos seus ganhos, pode gerar situações de crise de falta de demanda.

Para entendermos a análise keynesiana, necessitamos compreender como se comporta a demanda em uma economia de mercado. A demanda por bens de consumo depende da renda dos agentes econômicos e da taxa de juros praticada no mercado. Taxa de juros baixas incentivam a demanda, já que a compra a prazo é estimulada pelo baixo custo do dinheiro, o que já era um princípio aceito pelos economistas clássicos. Já a influência da renda no consumo é uma contribuição keynesiana, já que ele concebe a idéia de que a renda condiciona o nível de renda de uma sociedade no sentido de que o nível de renda cresce menos que proporcionalmente à renda disponível.

Já a demanda por bens de investimento depende, além da taxa de juros, da expectativa de lucro futuro dos empresários. Em situações de crescimento econômico, com boas expectativas de lucro, aumenta o nível de investimento, e isto proporciona um maior nível de atividade econômica, de nível de emprego e de renda. No entanto, em situações de depressão econômica, as expectativas negativas de lucro fazem os empresários adiar seus investimentos, geram queda da atividade econômica, queda do nível de emprego e queda da renda. Ou seja, uma situação de aquecimento na economia, gera mais produção, renda e emprego. Porém, uma situação de recessão econômica, gera queda na demanda por cancelamento de investimentos, queda na produção, na renda e no emprego. Para os economistas pré-keynesianos, os mecanismos de mercado sempre fariam os ajustes, via mecanismo de preços, destas situações de queda de atividade, com a queda dos preços e da taxa de juros. No entanto, Keynes tem uma visão crítica em relação à eficácia destes mecanismos. Primeiramente, existem a influência da renda sobre o consumo. Mesmo quedas substanciais nos preços podem não ser suficientes para aquecer o mercado. Além disso, alguns preços tem rigidez para

baixo, como o caso dos salários, ou seja, nos momentos de crescimento, o nível dos salários pode aumentar. No entanto, é muito difícil uma queda dos mesmos em situação de depressão econômica.

E outro aspecto fundamental e inovador é a questão das expectativas dos agentes econômicos (notadamente os empresários). Expectativas negativas adiam investimentos, e isto, em termos macroeconômicos, pode ser o início de uma espiral depressiva na atividade econômica. Na verdade, o empresário sempre fará uma análise da melhor alternativa de investimento. Ele poderá investir no processo produtivo ou investir no mercado financeiro. Nesta situação, será elemento importante a taxa de juros existente. O investidor fará uma avaliação sobre a expectativa de lucro futuro e a taxa de juros. Se ele considerar que o lucro será maior que a taxa de juros futura, ele resolverá investir. Se ele visualizar um cenário sombrio para seus investimentos, ele adiará seus investimentos, e manterá seus ativos aplicados no mercado financeiro, numa situação de alta liquidez. Quando o empresário decide investir ele está renunciando à liquidez. Se ele resolve construir uma fábrica, ele está abrindo mão da liquidez com objetivo de investir em uma operação a princípio mais lucrativa. Em um ambiente de crise, com poucas perspectivas de investimentos com um bom retorno, o empresário não investe.

Se pelo lado da demanda, as expectativas de lucro influenciam o nível de investimento, no lado da oferta, a perspectiva da não realização de investimentos faz com que os empresários, antevendo uma queda na atividade econômica, diminuam seus níveis de produção, diminuindo a oferta de bens e diminuindo o nível de emprego. A queda inicial da demanda é, curiosamente, ocasionada por uma antecipação de um possível resultado futuro.

Queda nos investimentos, níveis de consumo que não acompanham o crescimento da renda, diminuição da oferta de produtos, todas as condições para a existência de uma crise econômica estão colocadas. E efetivamente, a história registra uma enorme crise no capitalismo mundial no anos trinta. Com a construção teórica de Keynes, agora existe um diagnóstico para a crise. Como escapar dessa crise? Como resolver o problema de falta de demanda?

Keynes propõe como solução para esses problemas a intervenção do Estado na economia. O Estado deveria gerar demanda, recolhendo o excesso de poupança da economia e utilizando-o para gerar renda. As despesas do governo

colocariam maiores recursos no fluxo de seus gastos e criariam condições de aumentar a renda e nível de emprego. Estas despesas não seriam no setor produtivo, para não diminuir para os empresários as oportunidades de investimento. Em um trecho interessante de sua obra, Keynes escreve (KEYNES, 1985, p. 129):

“O Antigo Egito foi duplamente favorecido, e, sem dúvida, deveu sua riqueza mitológica as duas atividades que possuía, a saber, a construção de pirâmides e a busca de metais preciosos, cujos frutos, já que não podiam satisfazer as necessidades da multidão, por serem inconsumíveis, não envelheceram com a abundância. A Idade Média construiu catedrais e entouou nêias. Duas pirâmides, duas missas, valem mais que uma só, o que não acontece com duas estradas de ferro de Londres a York.”

O tipo de despesa que o Estado deveria realizar, segundo Keynes, deveria estar ligado à melhoria das condições de vida para a população, como a construção de escolas, hospitais, parques e outras obras deste tipo. Keynes antevia, no entanto, dificuldades de ordem política, já que os maiores beneficiados por obras deste tipo seriam os extratos menos privilegiados da população, e os setores com maior capacidade de organização política seriam as classes mais abastadas. Em outro trecho, (KEYNES, 1985, p. 127):

“Se o Tesouro enchesse garrafas velhas com cédulas bancárias, depois enterrasse as garrafas a profundidade conveniente, em minas de carvão abandonadas e, em seguida, aterrasses as minas até a superfície com entulhos da cidade e deixasse as empresas privadas, experientes nos princípios do ‘laissez-faire’, entregues ao trabalho de desenterrar as notas...não haveria mais desemprego...Evidentemente, seria mais sensato construir casas e coisas do gênero, mas se há obstáculos de natureza política e prática que impossibilitam isso, antes enterrar as notas do que nada.”

Percebe-se na teoria de Keynes, a quebra de conceitos antes extremamente caros ao pensamento econômico tradicional, como, em primeiro lugar, a crença na capacidade absoluta do mercado regular da melhor maneira possível a soma das ações individuais dos agentes econômicos. Para Keynes, a

“mão invisível” não funciona, ou melhor, pode funcionar de maneira perversa, gerando altos níveis de desemprego e queda da atividade econômica.

O segundo paradigma quebrado por Keynes é questão da poupança, que era, antes dele, encarada sempre como um elemento positivo para a saúde econômica de um país. Keynes no entanto demonstra que a poupança, em algumas situações, pode ser a causa das depressões econômicas, quando os empresários adiam seus investimentos, guardando seu capital.

E, finalmente, terceiro conceito que é derrubado por Keynes está relacionado à questão da participação do Estado na economia. Desde Adam Smith, o pensamento econômico tradicional sempre preconizou o não-intervencionismo. Até Keynes, cabia ao Estado somente garantir o funcionamento institucional da economia. A partir dele, o Estado passa a ter papel ativo e fundamental no desenvolvimento econômico. Caberá ao Estado, através de políticas intervencionistas, promover a saúde econômica das nações capitalistas desenvolvidas.

A partir da publicação das idéias keynesianas, com o seu diagnóstico preciso das causas da crise do anos trinta, e também com sua proposta de utilização do Estado como elemento fundamental para solução desta crise, criou-se, no pensamento econômico, um novo paradigma, o paradigma keynesiano, onde agora o Estado tem um papel ativo na condução da economia dos países, as expectativas dos agentes econômicos pode provocar crises ou euforias na economia, e, a poupança passa a ter um papel menos nobre na teoria econômica, tendo, muitas vezes, um papel negativo no sentido de ser a contrapartida de uma situação de altos níveis de consumo e investimento.

A partir da década de 30, os principais países capitalistas passaram a utilizar políticas keynesianas de administração econômica. Nota-se, a partir dessa época, um grande incremento na participação do Estado na economia. Percebe-se também, práticas keynesianas com perfis diferenciados. Enquanto na Europa, o gasto público foi canalizado para melhoria das condições de vida da população (como Keynes preconizou), com o chamado Estado do Bem Estar Social, nos Estados Unidos, o típico gasto estatal keynesiano é o gasto com armamentos, o gasto com a indústria bélica. Apesar de não ter existido nos EUA um incremento significativo de empresas estatais (ao contrário da Europa), o orçamento público-

militar atingiu níveis de crescimento substanciais, com o aumento de encomendas de armas para empresas privadas.

Para finalizar o estudo sobre a contribuição de Keynes, devemos analisar suas idéias com o foco no objeto do presente estudo. A partir de suas idéias, como podemos analisar a tomada de decisão dos agentes econômicos em uma economia capitalista. Inicialmente, talvez a melhor contribuição de Keynes para esta questão está relacionada às expectativas que os agentes têm em relação ao comportamento da economia. Keynes foi o primeiro pensador a identificar a importância deste aspecto. Mesmo que os indicadores tradicionais possam apresentar números auspiciosos para o futuro da economia (por exemplo, taxa de juros baixa, alto nível de renda disponível, condições existentes em 1930), se existir uma expectativa negativa por parte dos tomadores de decisões econômicas, a economia pode entrar em crise. Ou seja, as expectativas dos agentes econômicos acabam sendo sancionadas na economia real.

Outro aspecto importante que os textos de Keynes podem iluminar é a questão da chamada renúncia da liquidez. Quando um empresário decide investir na atividade produtiva, ele está retirando capital do mercado financeiro, que é a aplicação com maior liquidez (mais fácil transformar em dinheiro), para imobilizá-lo em alguma estrutura produtiva como, fábricas, máquinas, imóveis, etc. Caso seu investimento não surta o efeito desejado em termos de rentabilidade, para o empresário redirecionar seu capital para outros negócios, será muito mais difícil e com muito mais perdas do que se tivesse aplicado no mercado financeiro. Afinal, ele terá que vender suas máquinas, imóveis e outros, o que irá demandar tempo e, muitas vezes será necessário vendê-los por um preço baixo.

Se o empresário tiver alguma dúvida da eficiência de seu investimento, portanto, ele poderá preferir manter seu capital no mercado financeiro, o que também acarretará os problemas de formação de demanda expostos acima.

Keynes, como todos os pensadores analisados neste estudo, sabe que a motivação do agente econômico (notadamente o empresário) é a obtenção de lucro. A grande contribuição sua refere-se a sua visão de que as forças de mercado não são absolutamente eficientes como organizadoras da economia capitalista. Com estes novos ingredientes como a questão das expectativas, da influência da renda sobre o consumo e uma nova visão do papel da poupança, Keynes demonstrou

como age, dentro de sua racionalidade, o empresário capitalista, e quais as conseqüências destes atos na economia.

2.6. NEOLIBERALISMO

Após a publicação de sua obra, durante mais de quarenta anos, as concepções keynesianas tornaram-se hegemônicas no pensamento econômico mundial. A fé inabalável na eficiência do mercado não existe mais, todos são favoráveis à forte presença do Estado na atividade econômica. Keynes não vê como um aspecto negativo a existência de déficits públicos, já que estes gastos extras podem gerar demanda, indispensável para a saúde da economia. Ele também admite a existência de inflação, que pode ser considerado um mal necessário em um ambiente de aquecimento da demanda.

Estas concepções no entanto, se por um lado evitaram o surgimento, após a década de 30, de crises graves no sistema capitalista, por outro lado, criou um “mau costume” na sociedade, pois se deixou de considerar importante o controle de preços e o controle orçamentário estatal. Este descontrole no orçamento público, juntamente com o aumento dos gastos públicos, fez surgir nos principais países capitalistas, o endividamento público. Se inicialmente este endividamento era pequeno e pouco importante, com o passar dos anos, tornou-se gigantesco. A presença do Estado igualmente tornou-se cada vez maior, com a criação de grandes empresas estatais, que muitas vezes atuavam em setores econômicos tipicamente privados.

Esta situação de endividamento público e gigantismo do Estado provoca uma crise no final da década de 70. O grande incremento da dívida faz com que os governos destes países tenham dificuldade de honrar seus compromissos financeiros e de rolar suas dívidas. Isto faz com que, para cobrir seus furos orçamentários, os governos necessitem cada vez captar dinheiro no mercado. Obviamente, este aumento da demanda por recursos provoca um aumento no custo de dinheiro, o que gera aumento significativo da taxa de juros da economia.

No final das contas, o forte intervencionismo estatal originado com a missão de preservar a demanda e o equilíbrio dinâmico das economias capitalistas,

provocou o surgimento de um Estado inchado, burocrático e endividado que, na sua necessidade desesperada de captar recursos para o seu déficit orçamentário, provoca uma escassez de capital que se refletirá na elevação da taxa de juros.

Esta taxa de juros elevada traz reflexos em toda sociedade, na medida em que inibe o investimento, e provoca queda na demanda. Assim, após 40 anos de aplicação de políticas keynesianas para manter a demanda em níveis satisfatórios, o inchaço do Estado e o aumento da taxa de juros cria, senão uma situação de crise da magnitude da que ocorreu na década de 30, um cenário de recessão econômica.

De certa forma, pode-se dizer que “o feitiço virou-se contra o feiticeiro”, e as medidas inspiradas nas idéias de Keynes acabam provocando novas situações de recessão econômica ou baixo nível de crescimento, gerando assim a chamada crise do estatismo ou do keynesianismo.

O ápice desta crise se dará no final dos anos 70 e início dos anos 80, e provoca o surgimento de uma nova ideologia econômica, o neoliberalismo.

Esta nova doutrina econômica surge no rastro dos problemas enfrentados pelas economias capitalistas no final da década de 70. Nesta época, os países estavam com grande dificuldade com o endividamento público e taxas de juros extremamente altas, o que refletia-se num baixo nível de atividade econômica.

Ante este cenário, forma-se um movimento de resgate das idéias liberais clássicas, cuja vertente política será representada pela ascensão ao poder de Margareth Thatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Estes governos foram eleitos nos países mais poderosos do mundo adotando um discurso liberalizante, contra a presença do Estado na economia. Propõem a diminuição do gasto público, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação da economia. Defendem, enfim, a visão liberal de que devemos deixar nas mãos do mercado o desenvolvimento da atividade econômica.

A partir dos anos 80, então, a ideologia neoliberal começa a espalhar-se pelo mundo, contando com a grande ajuda do desmoronamento das economias socialistas a partir da queda do muro de Berlim e da sociedade soviética. Pode-se dizer que o neoliberalismo atinge a situação de “pensamento único”. Alguns pensadores, inclusive, defendem o fim da história, no sentido de que já não existem mais ideologias alternativas, e que o ápice da organização econômica é o liberalismo.

Este ambiente ideológico condicionou de maneira significativa à tomada de decisão dos investidores. Antes, na era da hegemonia do estatismo, com uma presença opressiva do Estado na economia, grande parte das decisões de investimento originavam-se nos órgãos públicos de planejamento. A noção, muitas vezes apregoada, de o Estado deveria ser a “locomotiva do desenvolvimento” fazia com que este tomasse para si a tarefa de promover o crescimento e desenvolvimento da economia, deixando pouco espaço para o investimento privado.

Agora, quando o Estado não tem mais condições de investimento, e está voltado a resolver seus próprios problemas de endividamento e gastos correntes excessivos, cabe à iniciativa privada, ao agente econômico individual ser o elemento catalisador da economia. De fato, existe uma mudança de posicionamento, onde o investimento estatal sai de cena para entrada do investimento privado.

Neste ambiente, a existência de condições favoráveis ao investidor é fundamental. Como já foi exaustivamente abordado neste trabalho, o empresário só vai investir no processo produtivo tendo boas perspectivas de retorno econômico. Ele irá avaliar as possibilidades de retorno no mundo inteiro, agora que estamos em mundo conectado, globalizado. E sem a presença destes investidores, a economia perderá dinamismo e poderá entrar em uma espiral recessiva.

3. ANÁLISE DE DADOS E DE CONJUNTURA

Neste capítulo, iremos analisar alguns dados estatísticos de alguns países e tentar entender o cenário econômico vigente, tendo como foco principal a economia brasileira e utilizando-se como suporte as teorias estudadas no capítulo anterior.

No quadro a seguir, observa-se a renda per capita, a taxa de poupança média dos últimos dez anos e a taxa de crescimento do produto (PIB) média dos últimos dez anos.

Comparativo entre renda per capita, percentual da participação da poupança sobre o PIB e taxa de crescimento médio do PIB			
PAÍSES	RENDA PER CAPITA (em US\$ mil)	POUPANÇA Média dos últimos dez anos (%)	PIB Média dos últimos dez anos (%)
Alemanha	27,1	13,6	1,93
Argentina	10,88	25,41	4,68
Bolívia	2,46	18,25	3,76
Brasil	7,77	16,13	2,71
Chile	9,82	12,34	6,56
Colômbia	6,37	21,92	2,55
Coréia do Sul	16,95	17,14	6,26
Espanha	21,46	20,2	2,68
EUA	35,75	24,84	3,23
Rússia	8,2	11,53	-3,61
França	26,92	34,37	1,88
Indonésia	3,23	33,38	4,43
Itália	26,41	16,63	1,61
Malásia	9,12	18,46	7,2
México	8,97	27,46	3,52
Paraguai	4,61	-1,04	1,98
Portugal	18,28	19,01	2,82
Reino Unido	26,15	7,21	2,34
Suécia	26,05	16,68	1,98
Venezuela	5,38	-13,74	2,12

Fonte: Banco Mundial - Dados de 2000

Podemos tirar algumas conclusões a partir dos dados apresentados. Inicialmente, percebe-se que a economia brasileira apresenta baixo crescimento, apresentando no período de 1994 a 2002 um crescimento médio de 2,7% ao ano. Comparando-se com alguns países como Chile (6,56%) e Coréia do Sul (6,26%), que não são economias maduras, como a Alemanha (1,93%), Itália (1,61%) ou Espanha (2,68%), este índice chama mais a atenção, pois os países com crescimento alto, ou fazem parte da mesma região geográfica, caso do Chile, ou tem uma história recente de industrialização semelhante, como a Coréia do Sul.

Podemos começar a análise percebendo-se que, no Brasil, a economia está trabalhando num nível produtivo muito próximo a máxima capacidade instalada. Portanto, sempre que há aumento de demanda, como, por exemplo, quando houve a rápida redução dos juros reais em 2004, não existe uma resposta da oferta, já que não existe capacidade produtiva. Este aumento da demanda acaba provocando um aumento dos preços e inflação. Esta condição de restrição de oferta existe pois não existe na economia um movimento de renovação do parque produtivo e de inovações tecnológicas. Falta o empresário "shumpeteriano". Para que o Brasil tenha níveis de investimento e crescimento significativos é necessário a adoção de políticas que incentivem o empresariado a aplicar recursos na capacidade produtiva, aumentando assim a capacidade de oferta da sociedade.

Como já foi afirmado acima, quando a oferta está estrangulada, qualquer aumento de demanda, gera aumento de preços. E o remédio que será utilizado para conter a inflação será o aumento da taxa de juros, que inibindo o consumo e o investimento, diminui a pressão da demanda, fazendo cair os preços.

Para estudar como os agentes econômicos agem em relação a este indicador, a taxa de juros, podemos utilizar a tabela abaixo, que apresenta os dados referentes à taxa de crescimento do PIB, taxa de inflação, taxa de juros nominais anuais e taxa anual de juros reais (descontada a inflação):

Comparativo entre percentual de crescimento anual do PIB e taxa de juros reais anuais		
PAÍSES	PIB (%)	JUROS REAIS (%)
África do Sul	3,6	3,37
Arábia Saudita	6,6	2,91
Argentina	7,9	-0,05
Brasil	1,2	10,11
Chile	4,5	3
China	10,4	1,58
Cingapura	7,1	3,03
Colômbia	6	2,4
Coréia do Sul	4,6	2,46
Egito	5,9	-0,1
Filipinas	5,5	0,69
Hong Kong	2,1	1,79
Hungria	3,6	1,79
Índia	6,8	-0,16
Indonésia	8,9	3,65
Israel	4,8	3,9
Malásia	5,9	0,44
México	4,7	2,63
Paquistão	6,6	2,06
Peru	9,2	2,5
Polônia	5,5	2,95
República Checa	6,2	1,32
Rússia	7,4	1,65
Tailândia	4,9	2,38
Taiwan	4,6	3,06
Turquia	7,5	8,54
Venezuela	9,2	1,42

Fonte: The Economist - Dados de Junho/2006

Novamente percebe-se o baixo nível, 2006, do ritmo de crescimento da economia brasileira, comparativamente a outros países, e, por outro lado, pode-se notar que as taxas de juros brasileiras são muito altas. Por que tem ocorrido isto?

Em primeiro lugar, os juros reais tem permanecido altos em função do forte crescimento do gasto público no Brasil nos últimos anos, apesar de nos últimos ter apresentado uma queda. O aumento dos gastos públicos provoca desequilíbrio

orçamentário, déficits públicos e assim, é necessário captar dinheiro no mercado. Este aumento de demanda por dinheiro, originado por problemas de administração pública, aumenta a taxa de juros. Portanto, um elemento a princípio exógeno à lógica de mercado, a demanda por recursos por parte do Estado para resolver seus problemas de caixa, está causando um dano extremamente forte nos níveis de investimento do país. Aqui percebe-se, claramente, a opção pela liquidez, preconizada por Keynes, sendo utilizada pelos empresários, que preferem adiar investimentos para manter seu capital aplicado no mercado financeiro ou, em outras palavras, emprestando ao governo para este equilibrar suas contas.

Um outro elemento importante refere-se a questão da infra-estrutura existente no país. Quanto melhor a infra-estrutura, melhores as condições para investimento. Mais e melhores estradas, portos, telecomunicações, energia elétrica geram redução de custos e, conseqüentemente, melhores oportunidades de investimento e maior produtividade. No Brasil, nos últimos o desempenho do setor de infra-estrutura foi bastante tímido. Enquanto que, nas décadas de 60 e 70 a taxa de crescimento da capacidade de energia elétrica foi em torno de 10% ao ano, nos vinte anos seguintes foi de apenas 3%.

Na área de transportes, o nível de investimento tem sido muito menor das necessidades do país, gerando um custo altíssimo dos transportes, em função da péssima qualidade de nossas estradas. E a estrutura portuária, desatualizada, causa imensas filas de caminhões para desembarque da mercadoria, o que, obviamente, aumento o custo de produção.

Na questão dos impostos, observa-se, nos últimos anos, aumento significativo da carga tributária. Este aumento também causa imensas dificuldades às empresas e aos empreendedores, pois implica em significativa transferência de recursos do setor privado para o setor público, o que, novamente, traduz-se em aumento de custos e diminuição de oportunidades de investimento.

Outra questão importante é a questão educacional. No Brasil, o nível de escolaridade é baixo, o que significa que existe baixo nível de produtividade, já que é a educação, que com a aquisição de conhecimento, permite maior produtividade do trabalho. Esta é, aliás, elemento importante na análise de Adam Smith, que coloca a questão do aumento da produtividade do trabalho como elemento fundamental na acumulação de riquezas.

Por fim, cabe destacar como elemento condicionante da tomada de decisão o ambiente institucional. O conjunto de leis e procedimentos existente no país pode muitas vezes prejudicar o andamento dos negócios. No Brasil, existe um enorme e confuso sistema de leis que normatizam a vida econômica que causam imensos transtornos às empresas, na medida em que estas necessitam gastar energia para manter uma logística tributária e contábil, o que onera os custos e, mais uma vez, inibe investimentos. Além disso, existe uma teia burocrática extremamente complexa, que impondo uma série de afazeres legais às empresas, as obriga a dirigir esforços para cumprimento destas normas.

Fazendo-se uma análise destes últimos temas: infra-estrutura, carga tributária, educação e ambiente institucional percebe-se que teve um pensador analisado no presente trabalho que demonstrou imensa preocupação com estas questões, Adam Smith. O que Smith denominava simplesmente como ambiente institucional, na verdade abarca todos os assuntos relacionados, e para ele, estes eram os verdadeiros entraves para a evolução econômica plena dos países.

4. PROPOSIÇÕES

Cabe, neste último capítulo antes da conclusão, fazermos uma série de proposições a respeito dos entraves que inibem as decisões econômicas dos agentes econômicos.

1. Incentivar políticas de aumento da oferta agregada, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva do país, e investir em pesquisa e desenvolvimento, para futuramente surgirem novas descobertas que possam aumentar nossa capacidade produtiva e criar novos produtos no mercado. Incentivar a importação de bens de capital.
2. Controlar o máximo possível o gasto público, com diminuição significativa das despesas correntes, para se obter o equilíbrio orçamentário, e com isso, diminuir a pressão sobre os juros da economia, e, paralelamente, sobrar mais recursos do Estado para investimentos.
3. Promover uma reforma da estrutura tributária, com o objetivo de desonerar as empresas dos gastos com o pagamento de impostos
4. Investir de maneira planejada no sistema de transportes, energia e comunicações, para melhorar a infra-estrutura do país. Este tipo de investimento pode dar-se sob forma de parceria entre o setor público e o privado.
5. Investir no aprimoramento educacional da população, com vistas a melhorar a produtividade do trabalho.

É certo que, nas propostas apresentadas, cita-se muito a necessidade de investimentos, e aí surge a questão de se identificar a origem destes recursos. Na verdade estes recursos podem ser oriundos de uma reforma tributária e administrativa do setor público. Uma reforma tributária poderia disponibilizar, via diminuição de impostos, maiores recursos aos agentes econômicos, que poderiam, desta forma, investir estes recursos em atividades rentáveis.

Para ser possível a reforma tributária será necessário inicialmente que seja feita uma reforma administrativa do Estado, com o enxugamento de despesas e, conseqüentemente, sobra no orçamento.

5. CONCLUSÃO

Após um estudo dos principais pensadores econômicos, que analisaram os elementos fundamentais na tomada de decisão dos agentes econômicos, percebe-se que, em primeiro lugar, a lógica absoluta nas economias capitalistas é a do lucro, do resultado econômico. Os pensadores pesquisados podem ter posicionamentos ideológicos muito diferentes, de crítica ou defesa do sistema capitalista. No entanto, todos eles concordam que objetivo do sistema é o lucro de empresário.

Dito isso, podemos concluir que o agente econômico, o capitalista irá decidir agir dentro do ambiente econômico quando, e somente quando, ele perceber boas oportunidades de lucro no presente ou no futuro. Quando ele perceber que não existem boas opções, ele adiará a sua ação.

Os elementos que influenciam a decisão dos investidores já foram devidamente estudados no presente trabalho. Cabe agora, a guisa de conclusão, analisar criticamente quais conceitos são mais eficientes como instrumento de percepção da realidade brasileira hoje. Todas as construções teóricas dos autores enfocados no presente trabalho poderiam explicar e propor ações de melhoria no ambiente econômico do Brasil. A lógica neoliberal, com sua ênfase na necessidade de o Estado retirar-se da ação direta no processo produtivo, e, ao mesmo tempo, diminuir seu tamanho, para oxigenar a iniciativa privada, além de sua fé na eficiência do mercado, oferece proposições pertinentes.

As idéias de Keynes, com ênfase no conceito de expectativas que os agentes têm em relação ao futuro da economia e os possíveis efeitos que causam no nível de atividade, fornecem importantes subsídios para tomada de decisão.

Shumpeter, com seu conceito do empresário inovador, mostra a importância das inovações e das mudanças tecnológicas para a saúde da economia capitalista. Marx, em seu modelo teórico, nos apresenta o caráter dinâmico e voraz do capitalismo, com a briga incessante entre os capitalistas por novas oportunidades de aumentar seu capital.

E, finalmente, Adam Smith, com sua investigação sobre o que determina graus diferenciados de riqueza, propõe um ambiente ideal, onde o sujeito econômico teria plena liberdade de agir egoísticamente, e isto seria saudável para toda sociedade. No entanto, a melhor contribuição para questão da decisão de investir,

para o cenário brasileiro atual vem justamente de Adam Smith, quando ele analisa a influência do ambiente institucional nos níveis de crescimento e desenvolvimento econômico.

Existem muitas variáveis importantes que afetam o ritmo da economia, como taxa de juros, capacidade produtiva, nível de poupança disponível, infraestrutura, etc. Porém, o elemento mais importante é o ambiente institucional. O conjunto de leis e normas que regulamentam a atividade econômica, o peso do Estado na economia, o sistema tributário, todos estes elementos criam o ambiente institucional.

Analisando-se o ambiente institucional brasileiro, percebe-se que existe um cenário de excesso de regulamentações, com um exagerado número de procedimentos burocráticos obrigatórios. Existe também uma estrutura legal amarrada por uma constituição inspirada no conceito de Estado forte, e os poderes públicos funcionam de maneira morosa e corrompida. Finalmente, temos uma carga tributária extremamente pesada no setor produtivo.

Perante isso, mesmo com melhorias em alguns indicadores como a queda da taxa de juros, balança comercial favorável e diminuição da percepção de risco para economia brasileira, não se percebe uma melhora significativa nos níveis de investimento. Isto por que existe um ambiente institucional pouco favorável. Talvez a mudança mais difícil de ser feita seja justamente a mudança deste ambiente. No entanto, é o melhor caminho a ser adotado para que o Brasil atinja níveis de crescimento e desenvolvimento satisfatórios.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOBB, Maurice. **O Crescimento Econômico**. São Paulo: Zahar Editores, 1965.

HEILBRONER, Robert. **A História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. Petrópolis: Vozes, 1982.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARK, Karl Heinrich. **O Capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NAPOLEONI, Cláudio. **Curso de Economia Política**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

SHUMPETER, Joseph Alois. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SITES CONSULTADOS NA INTERNET

www.bancomundial.org.br

www.brasil.gov.br

www.economist.com

www.ibge.gov.br

www.ipea.org.br

www.stn.fazenda.gov.br